

Refugiados no Brasil: uma relação entre deslocamentos e sustentabilidade afetiva

Refugees in Brazil: A Relation between Displacements and Affective Sustainability

Ana Luísa Pinto Fiorasi (orcid.org/0000-0001-5982-8978)¹

Sonia Regina Vargas Mansano (orcid.org/0000-0002-4406-8803)²

Resumo

A ideia de deslocamento está diretamente relacionada aos processos migratórios de determinados grupos sociais que buscam, ao transitar, a proteção de sua integridade física e afetiva, além de condições que possibilitem alternativas para uma vida potente. O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as experiências pós-migratórias vividas por refugiados em contexto brasileiro, levando em conta as relações sociais e as possibilidades de construir uma sustentabilidade afetiva. Valendo-se da perspectiva metodológica qualitativa, o estudo selecionou e analisou em documentos de domínio público relatos de experiências pós-migratórias, considerando circunstâncias como: vinculação com o local de destino, dificuldades de encontrar trabalho e a potência de vida presente nessa experiência. Finalizado o estudo, foi possível demonstrar que migrar em meio ao contexto capitalista e globalizado não é algo simples e coloca em cena uma série de situações afetivas conflituosas e limítrofes.

Palavras-chave: Pós-migração. Refugiados. Sustentabilidade afetiva. Capitalismo.

Abstract

The idea of displacement is directly related to the migratory processes of certain social groups that seek to protect their physical and emotional integrity, as well as conditions that allow alternatives for a potent subjective life. The objective of this research consists in realizing a discussion about the idea of affective and spatial refugees displacement, considering the social and nature relations and the concept of affective sustainability. Adopting a qualitative methodology, the study analyzed public domain documents that presented reports from people about their migratory experience, considering the circumstances of difficulties in finding a job and with the daily life, and the power of life present in this experience. As a result, it was possible to demonstrate that migrating in the globalized and capitalistic context is not easy, and it brings up a series of affective, conflicting and borderline situations.

Keywords: Post-migration. Refugees. Affective sustainability. Capitalism.

A mobilidade humana pode ser considerada uma característica fundamental da vida que assegura aos sujeitos a possibilidade de produzir movimento, trajetórias diversas, idas e vindas, além de configurar experiências subjetivas e primordiais da existência. A “necessidade inerente à vida” de se deslocar, enfatizada por Justo (2012, p. 21), foi de grande importância para a constituição dos atuais modos de subjetivação. O deslocamento possibilitou a descoberta de outros espaços e, consequentemente, novas maneiras de viver, tornando-o imprescindível para a diversidade afetiva do ser humano.

Nota-se, nesse sentido, a importância dos deslocamentos para o sujeito moderno, que não parou de se movimentar, descobrir novos continentes, culturas e modos de vida. Mesmo depois da busca por um assentamento geográfico e da passagem do nomadismo para o sedentarismo, a ocupação de novos espaços não deixou de ser uma prática valorizada. A

¹ Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: psi.analuisafiorasi@gmail.com

² Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: smansano@sercomtel.com.br

dualidade que se estabelece entre sedentarismo e nomadismo é característica elementar dos deslocamentos e permanências. Tal dualidade desdobra-se em uma série de exigências relacionais, tecnológicas, políticas e financeiras que se sustentam não só no “campo da mais-valia econômica”, mas “também na tomada de poder da subjetividade” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 16). Os deslocamentos, portanto, ocorrem em meio a relações de poder que demarcam territórios e permitem ou proíbem o trânsito de determinados corpos.

Diante da mobilidade tão presente na história da humanidade, este estudo teve por objetivo analisar as experiências pós-migratórias vividas por refugiados em contexto brasileiro, levando em conta as relações sociais e as possibilidades de construir uma sustentabilidade afetiva. Para isso, o estudo foi dividido em dois momentos: na parte teórica, denominada “O deslocamento em contexto socioeconômico capitalista: impasses do refúgio no Brasil”, são analisadas as características, os afetos e os efeitos políticos do refúgio na contemporaneidade; na parte empírica, são apresentados fragmentos de depoimentos disponibilizados em documentos de domínio público, abordando três dimensões afetivas: a vinculação com o local de destino, as dificuldades de encontrar trabalho e a potência de vida presente nessa experiência.

Finalizado o estudo, será possível constatar que o refúgio implica uma série de desafios e limites difíceis de serem superados. Em larga medida, tal experiência coloca em cena a importância de seus agentes criarem uma sustentabilidade afetiva por meio da qual se torna possível acolher a pluralidade dessa experiência, superar as dificuldades, bem como ter acesso a modos de vida multifacetados que, de certo modo, provocaram o desejo por esse tipo de deslocamento.

O deslocamento em contexto socioeconômico capitalista: impasses do refúgio no Brasil

As dimensões de tempo e espaço desempenham papel relevante para os processos de deslocamento e são essenciais para a produção subjetiva dessa experiência (Justo, 2012). A existência de espaços abertos no mundo globalizado, que irrompem fronteiras geográficas e permitem o movimento, em consonância com o tempo fluído, aparentam tornar o trânsito dos sujeitos livre. “Atravessamos continentes como se estivéssemos indo ali ao lado” (Krenak, 2019, p. 43). Isso ocorre porque ao longo do tempo “o desenvolvimento de tecnologias eficazes nos permite viajar de um lugar para o outro” (Krenak, 2019, p. 43), valendo-nos de transportes cada vez mais velozes e tecnologicamente avançados. Entretanto o acesso aos mais modernos e eficientes veículos de deslocamento não é acessível a todos. O monitoramento das trajetórias, pautado em estratégias políticas que atendem a grandes economias mundiais ligadas à segurança, evidencia que apenas determinados indivíduos, financeiramente abastados, se utilizam de tais tecnologias.

Desse modo, deslocar-se de um local para outro, no contexto globalizado atual, nem sempre é uma tarefa simples, regular e acessível. A partida, nesse sentido, muitas vezes não é seguida do retorno e os motivos que levam o sujeito a se arriscar no espaço geográfico são

diversos. Uma viagem de férias, na maioria das vezes, guarda a possibilidade quase certeira de regresso ao local em que o sujeito mantém sua vida e o seu território fixo. No entanto, quando destacamos a transitoriedade vivenciada por refugiados, que não necessariamente decidem livremente por se deslocar, o ir e vir passa a ser incerto e perigoso. Esse tipo de deslocamento torna-se, então, um evento carregado de afetos tristes, como a necessidade de fugir de conflitos, situações de sofrimento e miséria ou mesmo o desejo de conquistar outros modos de vida. Nesse percurso, a única certeza do refugiado está na vivência de constantes encontros e desencontros que possibilitam uma “variação afetiva que ora compõe o corpo (aumentando a sua potência), ora o decompõe (diminuindo a potência)” (Mansano & Carvalho, 2016, p. 704).

A história do povo brasileiro é composta por fluxos migratórios. Por volta do século XVI, as terras já habitadas pelos indígenas foram ocupadas pelos europeus, majoritariamente pelos portugueses, que, com um espírito aventureiro, como aponta Holanda (1979, p. 15), buscavam “prosperidade sem custo”, “títulos honoríficos”, “posições e riquezas fáceis”. A exploração das terras pelos portugueses se baseava “no trabalho escravo, na monocultura, na grande propriedade” (Holanda, 1979, p. 21). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), estima-se que cerca de 100 mil portugueses vieram ao Brasil nos dois primeiros séculos da colonização. O ápice da migração portuguesa deu-se ao longo do século XX, quando mais de um milhão de imigrantes chegaram ao país (IBGE, 2019).

No estudo de Schwarcz e Starling (2015), a história da colonização brasileira mostra variantes de interesses, enfrentamento de dilemas e pactos de violência que recaíram sobre a vida cotidiana, seja por sua dimensão escravocrata, seja pela entrada de estrangeiros em território nacional – ambas extremamente marcadas por práticas de intimidação e sujeição. As autoras assinalam que a história do Brasil é jovem (cinco séculos) e, por isso mesmo, guarda inquietudes perpassadas por múltiplas tendências, colocando em circulação “uma longa narrativa de lutas, violência, reivindicação de autonomia e igualdade, busca por direitos e construção de cidadania” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 743). As polêmicas sobre as migrações não estiveram fora desse processo. O Brasil, segundo IBGE (2019), foi o país que mais escravizou negros africanos, principalmente da África Centro-Oeste, região que corresponde a dois dos países que mais contribuíram para o comércio negreiro: Angola e Costa do Marfim. O Instituto demonstra ainda que dessas duas nações mais de 1,75 milhões de pessoas foram trazidas para o Brasil entre a primeira metade do século XVI e segunda metade do século XVIII, sendo mais de 2 milhões no período que corresponde até metade do século XIX (IBGE, 2019).

O capitalismo como organização socioeconômica tem como correlato o que Rolnik (2018, p. 19) denomina de “inconsciente colonial-capitalístico”, que remete à apropriação da vida e de sua “potência de criação e transformação” (Rolnik, 2018, p. 19). A colonização do território brasileiro, nesse sentido, faz parte desse regime, que não só extraiu da terra as riquezas, mas pretendeu retirar dos corpos de negros e de índios sua potência de vida e de

produção, anexando-os ao produtivismo capitalista. Este, segundo Rolnik (2018), promoveu a apropriação e exploração sistemáticas da potência vital da população destacada, alimentando-se da “capacidade expressiva e criadora” (Rolnik, 2018, p. 51) dos sujeitos para reproduzir o instituído mercadológico de acumulação e consumo.

O processo de colonização do território brasileiro inaugurou os fluxos migratórios e a estruturação do regime colonial-capitalístico, que seguem até a atualidade, por meio de práticas e enunciados alastrados pelo cotidiano. Suas disseminações, ainda de acordo com o estudo de Schwarcz e Starling (2015, p. 745), fazem-se presentes nas “nossas arquiteturas (nos minúsculos ‘quartos de empregada’ ou nos elevadores de serviço – na verdade para serviços), no nosso vocabulário, nas práticas cotidianas de discriminação social e racial ou de culpabilização dos mais pobres, com frequência negros”.

O chamado Estado Novo, período que correspondeu aos anos de 1937 a 1944, foi marcado por leis que regulavam “a entrada de estrangeiros no Brasil tendo como parâmetros critérios eugênicos que abrangiam valorações, inclusões e exclusões baseadas em uma presumida diferenciação étnica” (Koifman, 2012, p. 39). Assim, de acordo com Koifman (2012, p. 35), era traçado um perfil desejado de imigrantes, os chamados “imigrantes ideais”, que correspondiam aos portugueses e, principalmente, aos “cidadãos naturais dos Estados americanos” (Koifman, 2012, p. 34). Esses estrangeiros, segundo a força política do período em questão, não ofereciam ameaças à ditadura do Estado Novo e poderiam contribuir na “manutenção da unidade nacional e da identidade moral, étnica e cultural” (Koifman, 2012, p. 34) do povo brasileiro. Já os estrangeiros indesejados compunham o grupo dos “não brancos” (Koifman, 2012, p. 38), além de deficientes físicos e mentais, perpetuando discursos xenófobos e ressentidos.

Os imigrantes, de acordo com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur, 2019a), são aqueles que “optaram por viver no exterior, principalmente por motivos econômicos ou educacionais, podendo voltar com segurança ao seu país de origem” (Acnur, 2019a, p. 9). Abandonar uma vida sedentária em direção à incerteza de um possível outro assentamento geográfico e psicossocial, contudo, é uma prática muitas vezes inevitável para determinados grupos sociais. Isso acontece quando a circunstância de permanecer em determinado local traz mais prejuízos para sua existência do que os riscos do deslocamento. Esse é o caso dos refugiados que, diferentemente dos imigrantes supostamente voluntários,

(...) estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. (Acnur, 2019a, p. 8).

A população de refugiados contabiliza em nível mundial mais de 70,8 milhões de pessoas, sendo 25,9 somente de refugiados até o fim de 2018, segundo relatório de *Tendências Globais* (2019b) da Acnur, publicado anualmente. A quantidade de 82% (16,6 milhões) dos refugiados advém, principalmente, de cinco países que vivem situações delicadas

de intensos conflitos armados, fome, perseguições a grupos minoritários e violência: Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália. A maioria dos refugiados que saem dessas nações permanece em países vizinhos mais próximos, contemplando, então, a Turquia, Paquistão, Uganda e Sudão (Acnur, 2019b).

Essa população em deslocamento é vista pelo nativo (aquele que mora no país que recebe o estrangeiro), como diz o poeta angolano Moisés Tiago António (2017), como aquela que rouba o trabalho, a terra e explora os direitos dos locais. Mas, sob seu ponto de vista, a experiência tem outra conotação: “Venho aqui, porque não tenho terra!/Amanhã vou ali também não tenho terra!/Tudo é terra!/O Nativo diz:/Não tens aqui o direito,/Tu que me vens tirar o trabalho.../então sou submetido ao trabalho escravo,/porque quero viver a vida!” (António, 2017). Nesse sentido, por vezes, resta ao refugiado submeter-se a condições míseras de vida que lhe são oferecidas a fim de manter e perseverar na sua existência. O ódio e o ressentimento projetados nos corpos vagantes em busca de circunstâncias que permitam a sobrevivência produzem, no contexto do capitalismo, “o abuso perverso da força de trabalho” (Rolnik, 2018, p. 39). Isso permite pensar que a população em questão é desejada e reconhecida somente enquanto produz para o capital, de modo a conservar o *status quo* e as práticas naturalizadas de exploração.

Segundo a 4ª edição do relatório “Refúgio em números”, elaborada pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare, 2019), o Brasil reconheceu um total de 11.231 refugiados até o ano de 2018, sendo a maioria deles de origem Síria (40%). Existiam 161.057 solicitações na condição de refugiado em trâmite até o ano de 2018, sendo que somente nesse ano mais de 80 mil novas solicitações chegaram até as mãos do governo. Grande parte desses pedidos é de venezuelanos, 77%, sendo que somente 1% são de Sírios. Entretanto, dos mais de 80 mil pedidos, 777 foram reconhecidos pelo governo, menos de 1% do valor total. 51% das 777 solicitações reconhecidas são de Sírios e somente cinco refugiados venezuelanos foram reconhecidos em 2018, segundo o relatório, embora correspondessem à maioria dos pedidos. Existem, no Brasil, refugiados reconhecidos e solicitantes na condição de refugiado de outros países, como Haiti, Cuba, República Democrática do Congo, Palestina e Paquistão.

O número de pedidos de refúgio por venezuelanos atualmente é o maior entre o período que corresponde de 2011 a 2018 no Brasil, segundo o Conare (2019). A crise enfrentada por esse país já obrigou mais de 4 milhões de pessoas a saírem de suas casas em busca de melhores condições de vida e refúgio. Estima-se que até o fim de 2024 esse número aumente em mais um milhão, segundo relatório de Tendências Globais da Acnur (2023). O Conare reconheceu, em junho de 2018, a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, com fundamento no inciso III do art. 1º da Lei n. 9.474, de 1997” (Conare, 2019, p. 35).

Como mostram os dados relatados, o Brasil reconheceu pouquíssimos refugiados, quando se compara a quantidade de requerimentos recebidos entre o período que corresponde ao ano de 2018 e metade de 2019. Levando em conta a situação em que os

países que mais solicitam ajuda humanitária se encontram, os números poderiam ser maiores. Nesse sentido, os procedimentos burocráticos a serem seguidos pelo solicitante de refúgio, no Brasil e no mundo, refletem a dificuldade de acolher esses sujeitos que nem sempre “se enquadram nos interesses de produtividade capitalista” (Mansano & Carvalho, 2016, p. 710). Nota-se, desse modo, que há um ideal de imigrante alinhado com as exigências econômicas e de mercado.

Nesse ideal, a subjetividade e a “potência do desejo é desviada do seu destino ético, ativo e criador, para ser apropriada pelo capital e se converter em potência reativa de submissão” (Rolnik, 2018, p. 43). Eles sofrem violências que vão desde o trabalho em condições precárias até a experiência de serem colocados constantemente em um não lugar: fazendo travessias ilegais e permanecendo nos campos de refugiados, por exemplo. O não lugar, nesse sentido, pode ser compreendido não só como um espaço provisório, de passagem, produtor de solidão e sem um campo relacional, como mostrado por Augé (1992), mas também produtor de ausências (Krenak, 2019) e sofrimento.

Essas populações que se deslocam em territórios desconhecidos desafiam a segurança de uma nação e acabam sendo conformadas em espaços aos quais não pertencem, bem como às práticas que ali vigoram. Dessa forma, são colonizados pelo nativo e ancorados pela política inconsciente dominante do regime colonial-capitalístico (Rolnik, 2018), que os desqualificam e lhes reservam um lugar de meros receptores. Sob esse ponto de vista, eles precisam aceitar qualquer tipo de ajuda, tendo em vista a situação vulnerável em que se encontram. Acompanhando as ideias de Bauman (1999) sobre a relação entre consumo e deslocamento, a situação dos imigrantes acaba sendo amplamente instrumentalizada, uma vez que a sociedade de consumo “precisa engajar seus membros pela condição de consumidores” (Bauman, 1999, p. 84). Ainda segundo o autor, as práticas de consumo, para serem efetivas, ocorrem de modo ininterrupto, contando para isso com o “o esquecimento” e o “não o aprendizado” (Bauman, 1999, p. 86) sobre o valor das coisas, das práticas e das relações. Trata-se de consumir para estar incluído, sem pensar ou ponderar a relevância desse ato.

A complexidade que envolve o refúgio cria um cenário que evoca não somente as variações de localidades percorridas pelos sujeitos, mas também dos afetos. O movimento consequente desse processo no cenário capitalista coloca em risco, então, a possibilidade de uma vida potente e não simplesmente “cafetinada” (Rolnik, 2018, p. 40) pelo capital que a quer indexada à máquina de produção e consumo. Coloca também em risco os recursos naturais que permitem à vida continuar seu curso, em nome dos avanços tecnológicos e da geração de riquezas.

É nesse sentido que ganha relevância para esta análise a noção de sustentabilidade afetiva, segundo a qual é precioso “sentir a variação provocada pelos afetos e sustentar a teia multifacetada dos encontros” (Mansano, 2020, p. 6). As experiências pós-migratórias dos refugiados no Brasil, aqui problematizadas, deixam entrever que sustentar os afetos

emergentes, caracteristicamente díspares e por vezes incômodos, coloca seus partícipes distantes da pretensão de equilíbrio, harmonia e estabilidade prometida pela vida sedentária. Em seu lugar, ganha relevo a “diversidade de sensações e conexões que podem vir a ser geradas naqueles encontros suficientemente fortes para incomodar, tirar dos eixos e acionar a produção de desejos” (Mansano, 2020, p. 7), bem como o contato sensível com novas situações.

Experiências marcadas por dificuldades e desafios, como é o caso da pós-migração aqui estudada, podem “servir como um gatilho para favorecer a invenção de outras maneiras de viver e de se relacionar: consigo, com o outro e com a natureza” (Mansano, 2020, p. 7). Considerando a variação e a pluralidade afetivas presentes nesses deslocamentos, esta pesquisa abre espaço para apresentar e analisar algumas experiências pós-migratórias vividas por refugiados em contexto brasileiro, levando em conta as relações sociais e as possibilidades de construir uma sustentabilidade afetiva nesse difícil e delicado processo.

Traçando um caminho de pesquisa: questões metodológicas

Adotou-se, neste estudo, a metodologia de pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2009, p. 21), “responde a questões muito particulares”, ocupa-se “com um nível de realidade que não pode ser quantificado” e “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. A perspectiva qualitativa justifica-se por abordar a temática das experiências de pós-migração de refugiados no Brasil na sua interface afetiva, que “se aprofunda no mundo dos significados” (Minayo, 2009, p. 22), o que, por sua vez, exige a compreensão sensível e contextualizada da experiência.

A coleta de depoimentos de refugiados residentes no Brasil foi realizada em sites de domínio público. Foi visitado um blogue do qual foram coletados fragmentos de dois depoimentos. Além disso, foram utilizados sete vídeos do YouTube, que contavam com depoimentos isolados ou em grupo, totalizando mais 10 depoimentos. Os critérios utilizados para seleção dos depoimentos foram apresentar a condição de refugiados, em idade adulta e com residência no Brasil, independentemente da situação legal e do período de refúgio. A nacionalidade dos depoentes foi síria, congolesa, gambiana, nigeriana, colombiana, angolana e venezuelana, sendo os relatos selecionados em publicações de 2016 a 2019.

Após ampla leitura do material, os fragmentos foram divididos em três eixos, sequenciados e analisados de acordo com o referencial teórico adotado na pesquisa. Assim, foram selecionados fragmentos de falas que demonstravam as dificuldades cotidianas da condição de refúgio, a vinculação com a busca de postos de trabalho, os esforços empreendidos para garantir sua manutenção, bem como os relatos em que a potência de vida marca essas experiências. Os eixos de análise ficaram assim organizados: 1. No trabalho encontra-se vida. 2. Fronteiras do cotidiano. 3. O meu país é a terra. Por meio dessa organização em eixos, foi possível demonstrar que a experiência de refúgio envolve uma série

de afetos que podem gerar tanto uma sustentabilidade afetiva quanto uma destrutiva insustentabilidade.

Relatando experiências de pós-migração

Na sequência serão apresentados os relatos e as análises de depoimentos de refugiados que viveram a experiência de pós-migração em contexto brasileiro.

Eixo 1: no trabalho encontra-se vida

O eixo em questão busca analisar os abusos experimentados pelos refugiados em relação ao contexto laboral ao chegar a um novo território. O trabalho se constituiu, ao longo da história, como importante componente de subjetivação, adquirindo significados e funções diferentes em cada período. Regadas (2011) assinala que há 4 milhões de anos os mais antigos australopitecíneos conhecidos já se organizavam de forma a dividir atividades e compartilhar os alimentos. Com o passar do tempo, o homem passou a intervir de maneira mais direta na natureza e mediar as relações entre os sujeitos, estabelecendo vínculos sociais e com o meio ambiente circundante, o que mudou em muito as relações de trabalho. Segundo o dicionário Houaiss (2019, p. 1861), trabalho pode ser definido em até 21 versões, sendo uma delas descrita como o “conjunto das atividades realizadas por alguém para alcançar um determinado fim ou propósito”.

Trabalhar, nesse sentido, assume um lugar fundamental na vida do ser humano, pois garante, entre vários fins, o sustento da família, o estabelecimento de vínculos sociais, desafio aos próprios limites e também a experiência de reconhecer aquilo que o corpo pode realizar. Sendo assim, a esfera do trabalho estaria intimamente ligada à potência de criação e transformação de si, dos outros, da produção cultural e da natureza. Contudo, como aponta Rolnik (2018), a base econômica do regime colonial-capitalístico, antes intimamente relacionada com a exploração da força de trabalho e a extração da mais-valia, refinou-se e passou a se expropriar do que a autora chama de força vital ou pulsão vital, as quais implicam a “criação individual e coletiva de novas formas de existência” (Rolnik, 2018, p. 20). O trabalho, então, é uma das esferas da vida humana em que se pode encontrar tal criação.

Extrair “livremente o capital econômico, político e cultural” dos sujeitos e colocar em circulação modos de vida que priorizem a mera estabilidade do regime em questão, constitui a “essência da tradição colonial-capitalística” (Rolnik, 2018, p. 40), fato que se desdobra em exploração violenta da força vital, tanto humana quanto do planeta. A experiência de ser refugiado não é uma exceção a esse abuso desastroso da vida e da força de trabalho. É isso que podemos encontrar no depoimento de Anas, um refugiado sírio que mora no Brasil desde 2013 e que expõe a experiência de procurar trabalho na condição de imigrante forçado:

A maior dificuldade pra mim, acho que pra maioria dos refugiados, principalmente para os refugiados que têm estudo, é procurar por um bom trabalho, não de trabalho, mas eles querem trabalhar nas especialidades deles. Na síria eu sou analista [...], eu

tenho experiência há mais de 10 anos. Eu falo inglês... Eu quero, eu estou procurando por trabalho nessa especialidade. Eu mando email, currículo para muitas empresas, mas ainda (ninguém) fez uma entrevista (TV Folha, 2016).

Como apontado por Anas, uma das dificuldades enfrentadas por refugiados ou imigrantes forçados é a busca de um trabalho na área de seu interesse ou especialização. A possibilidade de uma nova vida no país que os abriga acaba, muitas vezes, apagando a bagagem cultural e parte da história afetiva desses sujeitos. Sob essa perspectiva, não importa quais são e como se manifestam os desejos do estrangeiro, mas sim o que se pode fazer por ele, adaptando-o à nova realidade oferecida. Isso gera desgaste e frustração, relatados por Anas como as maiores dificuldades. Argenes, venezuelano, também veio para o Brasil a fim de procurar emprego e ajudar a família, porém ele e outros homens foram encontrados trabalhando de forma precária.

Sou operador hidráulico de máquinas. Cheguei aqui e o que tinha era roçar. Tenho que fazer. Minha mulher me disse: "eu vou ficar. O que tenho para fazer lá? Não vou fazer nada". O que eu mando é só para comida. Não tem essa coisa de comprar uma torta, um doce. Não, nada. Tudo que se gasta é com comida. Em Boa Vista, na praça, conheci amigos que são médicos, advogados e não conseguiram trabalho. É muito difícil, pois pedem os documentos e ainda não temos. E lá estão, advogados e trabalham assim, limpando. Tem umas mulheres que são médicas e estão limpando casa (Jornal O Globo, 2018).

A subjetividade reduzida ao sujeito individual, enquanto parte dos componentes de subjetivação disseminados nas sociedades capitalísticas, abre espaço para enxergar os refugiados como uma ameaça à economia e aos postos de trabalho dos nativos. Assim, o que lhes resta é a adaptação a uma vida que corresponda às expectativas do produtivismo capitalista local. Samuel é mais um dos venezuelanos em busca de um emprego ou de algum "bico" para sobreviver e ajudar a família:

Na Venezuela eu trabalhava de mecânico, em refrigeração como eletricista. À noite era segurança em um supermercado. Eu ganhava um salário três vezes maior do que o estabelecido pelo governo. Aqui quando cheguei consegui emprego de pintor, pintei dois apartamentos de uns militares, me trataram bem, mas à medida que o tempo foi passando, continuei buscando trabalho no que eu me especializei, que era mecânica, refrigeração ou eletricidade. E me diziam que eu não podia, porque não tinha a documentação completa (Jornal O Globo, 2018).

A procura desesperada por emprego, como relatada por Samuel e Argenes, agrava-se pela falta de documentação. Embora existam políticas governamentais e ONGs que acolhem os refugiados e oferecem meios para que os documentos necessários sejam providenciados conforme a lei, esses processos de inclusão não são prioridade nas sociedades capitalísticas. Assim, qualquer diferença manifestada em relação à forma "antropo-falo-ego-logocêntrica"

(Rolnik, 2018, p. 45) é combatida ou condenada a condições míseras de trabalho: migalhas para uma existência precária.

Ainda que vários imigrantes forçados se coloquem nas ruas em busca de qualquer tipo de emprego ou “bico”, a experiência consolida-se de modos diferentes. Refugiados sírios, principalmente, que saem do país com algum dinheiro, têm mais oportunidades de construir um negócio e trabalhar, como avalia Yahya:

Mais de 350 currículos entregues à mão, mais de 400 enviados por email e nenhuma resposta. Depois, eu descobri que as pessoas estavam assustadas com o meu currículo. Um cara que teve a própria empresa dele, um diploma de gestão, estudando (para ter) outro diploma de administração, fala dois idiomas e agora o terceiro... Ganhava mais de cinco mil dólares por mês, “o que vou oferecer para ele”. Hoje em dia eu faço a feira da UFSC, na Universidade Federal toda quarta-feira, e todo domingo na Praça da Lagoa da Conceição. Eu escolhi trabalhar com comida, algo que nunca trabalhei (Silveira, 2018).

Yahya é um dos poucos que consegue se colocar no mercado dispondendo de melhor condição econômica para dirigir a própria empresa. Trabalhar no ramo de alimentos é uma das alternativas encontradas por vários refugiados, pois os aproxima da própria cultura e da oportunidade de operacionalizar seus conhecimentos. Entretanto essa alternativa pode ser vista de outra maneira: o estrangeiro é aceito, mas tem sua potência de vida expropriada e dirigida à obediência servil nas frentes de trabalhos precários. Então, como assinala Rolnik (2018), essa suposta autonomia oferecida pelos Estados neoliberais acaba sustentando o andamento instituído do capital financeiro.

Ainda assim, percebe-se nos relatos que a grande ambição dos refugiados é encontrar trabalho, pois é a partir dele que podem comprar passagens para seus familiares deixarem o país de origem, garantir alimentação, medicamentos, moradia, bem como o direito de existir e viver. O ideal de um imigrante, entretanto, é aquele que busca trabalho à medida que se coloca à disposição de servir à política reativa do desejo presente no regime colonial-capitalístico: manifestada quando o outro é “reduzido a objeto, uma suposta natureza inferior ou sub-humana” (Rolnik, 2018, p. 55). Esse “abuso profanador da vida” (Rolnik, 2018, p. 55), evidencia a insustentabilidade em curso e a dificuldade de criar condições, tal como consideram Mansano e Carvalho (2016, p. 702), de “dar prosseguimento à tarefa de existir no mundo”. Nesse sentido, a noção de sustentabilidade afetiva pode ser compreendida aqui como o esforço coletivo (Mansano, 2020) para criar estratégias de apoio aos imigrantes forçados no campo laboral e relacional, reconhecendo-os em sua potência criadora, em seus múltiplos saberes e na capacidade transformadora das relações sociais.

Eixo 2: fronteiras do cotidiano

A noção de fronteira pode ser entendida, segundo Ferrari (2014), a partir do misticismo e da religiosidade, quando pensamos, por exemplo, na lenda da formação de Roma. Nela, o

sagrado era o critério utilizado para se estabelecer um território, sendo o desrespeito a este considerado um sacrilégio (Ferrari, 2014). É com o Renascimento e o surgimento dos Estados Modernos que a “fronteira passa a ser instrumento do poder para representar simbolicamente a apropriação do espaço territorial” (Ferrari, 2014, p. 9) em decorrência do avanço das ciências e das exigências do período moderno. A partir disso, como relata Ferrari (2014), as fronteiras passaram a assumir uma função político-administrativa.

As fronteiras representam, desde então, os limites de um território que demarcam as especificidades nele encontradas, como as leis, a cultura e a diversidade natural, garantindo a segurança e organização dos espaços. Todavia, para os imigrantes forçados, a palavra fronteira pode trazer uma série de outros significados: dificuldade, dor, sofrimento, travessia, necessidade e morte. A fronteira concreta das nações é apenas o primeiro passo a ser enfrentado por esses grupos, afinal, trata-se de uma barreira que desafia a existência e coloca em xeque a livre mobilidade de determinados corpos. A partir dessa superação, quais outras barreiras são por eles enfrentadas? Mariama, gambiana, conta um pouco sobre essa experiência:

(...) bem no final de 2013 eu já saí da minha terra, bem no início de 2014 eu entrei aqui (Brasil). Foi muito difícil, um caminho muito longo, muito triste, mas depois começou a dar certo, graças a Deus, depois de um ano. Vim sozinha, não conhecia ninguém, não falava o idioma. Nunca gostei de falar isso, mas eu vim pelo mar, fiz uma viagem ilegal e eu cheguei aqui... quando cheguei não falava o idioma, não conhecia ninguém, praticamente não sabia por onde começar.

Falando do preconceito, nós africanos, a gente se depara com uma realidade que a gente não conhecia. Dificuldade e pobreza a gente conhece, mas, por exemplo, vida miserável, eu não conhecia. Se você fala de África, a maioria das pessoas conhece a África como um só país ou se você é angolano, e a gente fala que não é angolano... então foi uma realidade, por exemplo, a gente não sabe o que é ser discriminado pela nossa cor de pele. Por ser negro, por sua pele, você já é muito inferior, você merece tudo de ruim (Seu portal de notícias online, 2017).

Enfrentar o desconhecido, como assinalado por Mariama, não é uma tarefa fácil. Além de passar por experiências que desafiam a manutenção da vida, como a clandestinidade, uma série de outras dificuldades de contato ganham contornos. Mansano e Carvalho (2016, p. 704), fazendo uma leitura de Espinoza, concluem que a noção de encontro “perpassa toda existência social, sendo este um elemento distintivo que nos coloca em contato com os afetos e as diferenças inerentes à vida em sociedade”. Essas diferenças, entretanto, nem sempre são bem-vindas, como acontece no caso dos refugiados, que acabam por experenciar encontros destrutivos, que evocam a “tristeza”, a “baixa intensidade”, o “desânimo” e o “fechamento para o contato social” (Mansano & Carvalho, p. 704), destacando ainda mais a dimensão insustentável da situação. Isso fica evidente nos relatos do venezuelano Leonardo e da colombiana Nelly, respectivamente:

O brasileiro fala pra mim, “não porque você é da Venezuela, vocês nem conhecem nossa língua e querem chegar aqui, roubar nossa comida, nosso emprego”. Eu penso que se eles soubessem o que eu passei, não me tratariam dessa maneira. Eles não conhecem o passado da gente.

As pessoas falam assim, “ah você não é brasileira, como é que você chegou aqui? Por que você invadiu nosso país? Como que a polícia permite que você fique aí trabalhando?”... Eu quero morrer nesses momentos quando eu escuto as pessoas falando desse jeito, sinceramente, a angústia de todo aquele passado volta nesse momento, que eu sou agredida desse jeito (Seu portal de notícias online, 2017).

Nessas narrativas, é possível perceber a violência enfrentada por refugiados de diferentes nacionalidades, que pode ser compreendida por um mesmo viés: a dificuldade para sustentar as variações afetivas de existências ímpares e em movimento. Deleuze e Guattari (1997, p. 171) abordam a mobilidade pensando-a como agenciadora de fluxos que “atormentam os representantes da economia-mundo”. Os fluxos elencados pelos autores são de quatro tipos, a saber, “o fluxo de matéria-energia, o fluxo de população, o fluxo alimentar e o fluxo urbano” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 171). Diante dos problemas colocados pela mobilidade, tanto os Estados quanto o capital “retiram os meios de resolvê-los” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 171), mantendo populações inteiras em estado de calamidade, isolamento e pobreza. Nota-se, novamente, a instalação e naturalização de uma insustentabilidade que perpassa diferentes âmbitos: social, econômico, ambiental, afetivo e cultural, para citar apenas alguns. Isso acontece porque o principal objetivo do capital é assegurar às classes dominantes “um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e de vida social” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 39). E, sob esse ponto de vista, só existe uma vida social possível, a capitalística, “que permeia todos os campos de expressão semiótica” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 23), ajustados em existências controladas e orientadas pelo par produção-consumo.

Os corpos que desafiam a estabilidade econômica e territorial são, então, tragados pela dupla mais-valia adotada pelas classes dominantes a fim de manter o instituído: “a mais-valia econômica, através do dinheiro, e a mais-valia de poder, através da cultura-valor” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 24). Tal empreendimento, no entanto, não é suficiente para brecar práticas de resistência. Os refugiados, das mais variadas maneiras, expressam suas experiências, história, linguagens e gestos que afrontam o novo território. Eles buscam pela alimentação, música e vestimenta trazer para perto de sua nova realidade social aquilo que lhe é mais afetivamente próximo. Tais experimentações da diferença tendem a ser acompanhadas de perto pelas instâncias governamentais, sendo permitidas desde que “não interfiram nas coisas sérias, isto é, as coisas da produção e da política” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 72). Por vezes, a austeridade do controle traz sensações, como as relatadas pela venezuelana Stonia sobre ser refugiada: “é um castigo, porque você sente que cada vez que tenta fazer algo tem que

baixar a cabeça" (Vejacopontocom, 2019). Ser um refugiado implica, portanto, acolher os afetos díspares, enfrentar as fronteiras e superar as adversidades relacionais.

Eixo 3: o meu país é a terra

Deslocar-se no espaço geográfico e afetivo de forma não espontânea e não planejada pode trazer ao corpo do refugiado uma série de riscos e violências, como apontado nos eixos 1 e 2. Não obstante essa experiência encontra no movimento a possibilidade de o sujeito persistir na luta pelo direito à vida e descobrir formas singulares de se afastar das ameaças então vigentes. É nesse sentido que a sustentabilidade afetiva pode ser pensada. Por meio dessa ferramenta conceitual, busca-se chamar a atenção para a relevância de acolher a pluralidade das experiências, sensibilizando "o corpo e sua força vital para experimentação dos encontros e das variações afetivas que eles colocam em curso" (Mansano & Carvalho, 2016, p. 710). A sustentabilidade afetiva, desse modo, atenta-se para o processo mutante da existência, explicitando as práticas tanto potencializadoras quanto limitadoras das experiências. Dessa forma, mesmo diante das dificuldades e incertezas, são ensaiadas brechas de experimentação e potência na decisão difícil e corajosa que é a de se refugiar. Allen, venezuelana, chegou ao Brasil em 2019 com a família e leva consigo uma mensagem de aprendizado com a experiência de migrar:

Foi aí que pensei... Bom, se vim pra cá foi para guerrilhar e lutar pelos meus filhos, eu vou seguir mais adiante. O que posso dizer aos venezuelanos imigrantes é que não se rendam, que sigam adiante, que se saíram de seus países foi para guerrilhar, lutar pela sua família, não se dar por vencido (Vejacopontocom, 2019).

Allen traz para a discussão a perspectiva do refúgio como forma de resistência e luta pela vida, pelos familiares e pelo que acredita. Ela encontra no desconhecido uma forma de "sustentar o corpo em sua potência de variação afetiva" (Mansano & Carvalho, 2016, p. 707), sabendo que essa prática nem sempre é fácil. O depoimento dela mostra também que ela se lança em direção aos encontros que acionam o "saber-do-vivo", que envolve uma "experiência de apreciação do entorno mais sutil" (Rolnik, 2018, p. 30) capaz de acionar o corpo para a imprevisibilidade e variação dos afetos.

Nessa mesma direção, encontramos o depoimento de Omana, que fugiu do Congo para o Brasil por causa de perseguição política. Em seu país natal, ela fazia parte de uma ONG em defesa de mulheres e crianças, e agora, com a família reunida, expõe suas expectativas de um dia retornar com os filhos e dar continuidade à luta:

Vou formar agora meu filho, pra continuar a minha luta. Ele vai voltar para o Congo, para fazer toda essa luta. Porque (tem) outras pessoas que eu deixei lá; crianças, mulheres. Até hoje. Pra mim isso... (tenho) isso na minha cabeça. Quero fazer isso para libertar a maioria das pessoas (TV Folha, 2016).

Lutar, como apontam Allen e Omana, torna-se um exercício relevante para contornar uma existência anestesiada e indiferente que marca a vida contemporânea (Guattari & Rolnik,

1996). Dessa forma, os depoimentos mostram que é possível “tomar para si a responsabilidade como ser vivo e lutar pela reapropriação das potências de criação e cooperação pela construção do comum que dela depende” (Rolnik, 2018, p. 44). É por meio da luta que os refugiados podem garantir que sua existência seja reconhecida, além do direito de viver em segurança. Trata-se, assim, de acolher o “lento exercício de aprendizagem sobre si e sobre os encontros, associando o que há de comum ao meu corpo e ao corpo do outro” (Mansano, 2020, p. 8).

Nkechinyere, professora de inglês nascida na Nigéria, fugiu do seu país, assim como Omana, devido a perseguição política. Ela deixou a família às pressas, sozinha, sem meios de transporte adequados e colocando em risco sua saúde, pois contrariou o regime do grupo terrorista Boko Haram e continuou a dar aulas para meninas de forma clandestina. Por isso, encontrou no refúgio uma forma de persistir na vida:

Se eu salvar minha vida, definitivamente eu vou em busca da minha família. Mas eu não posso ficar sentindo pena de mim mesma e chorando como uma sobrevivente. Nós queremos sobreviver e se eu lidar com você na base da pena, não há salvação. Mas por outro lado, se eu puder me salvar, vou poder chamar a atenção das pessoas. Ser uma refugiada é sabedoria, vida em primeiro lugar, é sabedoria. Porque se você foge, você foge para lutar por um amanhã. Agora, em relação a minha saúde, eu estou melhorando e posso pedir ajuda às pessoas. Elas vão simpatizar comigo e ajudar a trazer minha família (Nunes, 2016).

A fala de Nkechinyere também deixa entrever a construção de uma sustentabilidade afetiva. Acionar a aprendizagem acerca do saber vivo dos afetos, mesmo em circunstâncias de dor e sofrimento, trouxe para ela e para seus pares sensibilidades antes anestesiadas e que, a partir da experiência relatada, produziu efeitos polinizadores. Como assinala Rolnik (2018, p. 45), Nkechinyere entrou em contato com uma “‘transfiguração’ da superfície topológico-relacional de um mundo em sua forma vigente pela irrupção desse corpo estranho em seu contorno familiar”. Assim, foi possível contagiar de forma potencializadora seu entorno por meio dos encontros, possibilitando que se exercitasse o pensamento e a experimentação dos afetos em direção ao abandono de certos modos de se viver, sendo essa a condição para que outros pudessem emergir (Rolnik, 2018). Mariama relata a importância que o processo polinizador tem para a luta desses sujeitos quando em um país de refúgio:

Com tudo que eu passei na minha vida, eu falo que eu não vou desistir e ela (filha) tem que ser muito forte. Porque em todo lugar existe preconceito. Dentro de todas as coisas tristes, das coisas ruins, a gente sempre tem aquela esperança de que tudo vai dar certo e as pessoas falam: nossa, a gente precisa de um mundo melhor. Não, o mundo já é melhor, a gente que precisa de pessoas melhores para viver no mundo. Então, cada ser humano precisa fazer sua parte. A iluminação do dia não é para pobre ou para rico, o sol ilumina o mundo por igual.

A gente ama o Brasil, a gente torce pelo Brasil, a gente não vem aqui para roubar emprego de ninguém, a gente veio aqui para somar, a gente quer o bem para o país, a gente quer fazer o bem, a gente merece uma oportunidade com respeito, não com intolerância, mas com respeito, ninguém é obrigado a gostar de ti, mas todo mundo é obrigado a te respeitar, como eu te respeito. (Seu portal de notícias online, 2017).

Mariama convoca, a partir desse relato, o pensamento e a luta para além da experiência daqueles que migram. Com as declarações “cada um fazer sua parte” e “o sol ilumina o mundo por igual”, ela propõe que as subjetividades se deixem contagiar de forma potencializadora pelos demais corpos que estão distantes de sua pátria e sujeitos a diversas dificuldades. A partir desse contágio, formas singulares e avessas à subjetivação capitalista poderiam ser afirmadas no tecido social. O contágio polinizador ganha um contorno de resistência e, portanto, revoluciona molecularmente, em busca de produzir “condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no subjetivo” (Guattari & Rolnik, 1997, p. 46). Afirmar que o sol ilumina todos por igual não significa igualar de modo simplista todas as existências, mas reafirmar a necessidade de “subverter a modelização da subjetividade” (Guattari & Rolnik, 1997, p. 47) e criar espaços ímpares para expressão dos desejos.

Encontrar brechas no sistema de subjetividade vigente torna-se, então, uma estratégia para frustrar a tentativa dos “mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos” (Guattari & Rolnik, 1997, p. 47) e direcioná-la para a construção de processos singularizantes. Um exemplo disso é a instalação feita pelo arquiteto Ronald Rael e pela designer Virginia San Fratello, em 2019, na qual três gangorras rosa foram colocadas em um dos trechos do muro que separa os limites entre México e Estados Unidos. A proposta desse projeto, segundo Ronald, era permitir pensar a fronteira como um lugar de desequilíbrio e trazer, de forma lúdica, uma análise sobre as implicações das decisões políticas de um país. Além do caráter provocador da obra, o arquiteto também buscava trazer outra tonalidade para a fronteira, capaz de unir esses povos por meio da diversão. A cor rosa também é destacada pelo artista, sendo escolhida para contrastar com o entorno cinza (Pinheiro, 2019). Experienciar a fronteira por meio do lúdico é uma forma de chocar-se contra o “muro das subjetividades capitalísticas” (Guattari & Rolnik, 1997, p. 50) e observar a insurgência de afetos que o deslocamento para o refúgio antes não permitiam. Por mais que a vivência do deslocamento não planejado possa ser perigosa e desgastante, ao atravessar as fronteiras já discutidas, é possível que se encontrem gangorras multicoloridas no meio do caminho. As gangorras, nesse sentido, acionam afetos outros, como os descritos por Vilma, estudante nascida na Angola, e Yahya:

Pra mim ser refugiado é continuar tentando e ser uma pessoa livre, grata por tudo, pela oportunidade também, que o Brasil está me dando de trabalhar, estudar e correr atrás dos meus sonhos, coisa que... desde que eu cresci, meu pai sempre falava: você tem que pensar alto, por mais que você não tem condição, nunca pense assim “ai, eu não tenho condição, não posso correr atrás do meu sonho”. Corre atrás do seu sonho!

Independentemente se você vai ter condição, não tem, assim, acredite e vai atrás. Não deu certo tente, e tente, e continua tentando até dar certo. (Nunes, 2016).

Ser refugiado é nascer de novo, sabe por quê? Porque você está construindo tudo do zero, amizade, confiança – própria e com os outros – língua, trabalho, ambiente, amigos, família, felicidade, memórias, choros, tristezas, tudo de novo, do zero. (Silveira, 2018).

Viver em um novo país na condição de refugiado é desafiador e coloca em cena uma série de situações afetivas, conflituosas e limítrofes. Porém, como aponta Vilma e Yahya, lançar-se sobre o desconhecido é uma tarefa em busca de liberdade e de vida. Acionar o corpo ao encontro das gangorras cotidianas possibilita sustentar afetivamente e transformar aquilo que advém como adversidade.

Considerações finais

A experiência de se deslocar de forma não espontânea e planejada coloca em evidência diversos tipos de violência, afetos tristes e preconceitos. Nessa direção, o ressentimento e o mal-estar causados pelo deslocamento forçado revela uma insustentabilidade afetiva que perpassa o cenário social, político e econômico das sociedades capitalísticas. A noção de humano, tendo como sinônima civilizado, ocidentalizado e inserido no regime vigente, acaba por distanciar o que existe de mais potente na existência: a capacidade de conectar-se aos desejos e se desprender das construções idealizadas e ilusórias, vendidas como solução para os problemas do sujeito ressentido. A condição majoritária de sujeito formatado pela racionalidade “antropo-falo-ego-logocêntrica” (Rolnik, 2018), então, perpetua as dificuldades enfrentadas pela população refugiada.

Assim, ao fim desta pesquisa, é possível colocar em destaque alguns pontos: primeiro, é relevante analisar a necessidade de refugiar-se que escancara realidades e modos de vida afetivamente desgastados tanto no contexto social de partida quanto, muitas vezes, no de chegada. A insustentabilidade afetiva que esses corpos vivenciam inicia-se já no momento em que saem do país de origem. É nesse sentido que se vê a necessidade de construir políticas que possam acolhê-los de forma contextualizada e humanitária, para além das míseras condições de sobrevida, a fim de evitar que experienciem formas ainda mais conflitantes, violentas e persecutórias de existência.

Em segundo lugar, cabe considerar as novas fronteiras, de ordem afetiva e social, que ganham concretude na chegada ao país de destino. É trabalho da Psicologia promover esse tipo de discussão, considerando as fronteiras físicas, afetivas e culturais como produtoras de sofrimento e despotencialização dos sujeitos. Assim, investir em práticas e encontros abertos para sustentar afetivamente os refugiados significa encontrar nesse processo de deslocamentos a possibilidade de explorar novas possibilidades de socialização, de modo a resistir aos temores que por vezes perpassem esse tipo de deslocamentos. Allen, Omana, Nkechinyere, Mariama, Vilma e Yahya mostram que se refugiar significa ir além da mera

sobrevivência, exercitando a sabedoria e a liberdade para que se busque vida em si e no outro. A experiência de migrar não implica aceitar toda e qualquer circunstância em nome do refúgio, mas sim encontrar no deslocamento uma dimensão política que permite questionar as fronteiras e conquistar seu espaço de direito, o que para Vilma significa liberdade. Nesse sentido, ser refugiado também é explorar a potência transformadora que essa vivência proporciona, conectando redes de afeto que ultrapassem as dores e as violências impostas aos sujeitos nessa condição.

Esta pesquisa chegou, então, a um terceiro ponto: trata-se de considerar que os deslocamentos guardam dimensões afetivas, relacionais e sociais que são incontroláveis, podendo gerar novas alianças, conexões e modos de vida que não necessariamente coadunam com os valores capitalistas. Os fluxos desejantes colocados em movimento nessa prática de deslocamento evidenciam a possibilidade de criação de modos díspares de viver e se relacionar, que vão além da economia hegemônica vigente. Obviamente, isso incomoda aqueles que estão pautados exclusivamente na manutenção da ordem social, tendo em vista as múltiplas linhas de bifurcação, conexão e criação que são colocadas em cena nesse processo; mas, ao mesmo tempo, o contato com outros valores e modos de vida traz a oportunidade de oxigenar e ampliar o leque das relações afetivas, abrindo espaços para a experimentação e sustentação plural dos encontros.

Ao fim dessa trajetória, a pesquisa deu visibilidade à perspectiva do imigrante não voluntário sobre sua própria experiência de pós-migração, servindo para pensar em outras formas de dar voz e criar realidades afetivamente sustentáveis para essa população. Considerando a função política da Psicologia, é possível pensar o refúgio de várias maneiras e perspectivas, levando em conta as variações afetivas geradas em cada situação. Isso evidencia o quanto está colocada a necessidade de novos estudos e de debates contínuos sobre as condições do migrar na contemporaneidade.

Referências

- Agência da ONU para Refugiados (2023). *Dados: refugiados no Brasil e no mundo*. Recuperado de <https://www.acnur.org.br/sobre-o-acnur/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>
- Agência da ONU para Refugiados. (2019a). *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo*. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>.
- Agência da ONU para Refugiados. (2019b). *Tendências globais: deslocamento forçado em 2018*. Recuperado de https://www.unhcr.org/globaltrends2018/#_ga=2.235876801.1552038819.1573942042-1000130638.1572636857&_gac=1.228913774.1572636857.Cj0KCQjwr_tBRCMARIsAN413WSP0G3nOtWYycvqG1UObCwITKBDWEYQJGIGfwpnMtXejoPkClIAVKEaArocEALw_wcB.

- António, M. (2017). *Carta do refugiado para as nações*. São Paulo: Recanto das Letras. Recuperado de <https://www.recantodasletras.com.br/prosapoetica/6154601>.
- Arendt, H. (2013). *Nós, os refugiados* (R. Santos, Trad.). Covilhã: LusoSofia.
- Augé, M. (2012). *Não lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade* (9a ed., M. L. Pereira, Trad.). São Paulo: Papirus. (Trabalho original publicado em 1992).
- Buarque de Holanda, S. (1979). *Raízes do Brasil* (5a ed.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. (Trabalho original publicado em 1936).
- Comitê Nacional para os Refugiados. (2019). *Refúgio em números*. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-numeros-versa-23-de-julho-002.pdf>.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5.). São Paulo: Editora 34.
- Domingo Espetacular. (2016). *Refugiados tentam manter tradições culinárias para a ceia de Natal no Brasil*. [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=y3-gG1VJ0mk>.
- Ferrari, M. (2014). As noções de fronteira em Geografia. *Revista Perspectiva Geográfica*, 9(10), 1-25. Recuperado de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolíticas: cartografias do desejo* (4a ed.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1986).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento*. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://brasil500anos.ibge.gov.br/en/estatisticas-do-povoamento.html>.
- Jornal O globo. (2018). *Refugiados venezuelanos são explorados como escravos no Brasil*. [YouTube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=_AlJBMZuuwU.
- Justo, J. S. (2012). *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo-espac*o. Londrina: Eduel.
- Koifman, F. (2012). *Migrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mansano, S. R. V. (2020). Articulações entre sustentabilidade afetiva e noções comuns: primeiros traçados. *Revista de Psicologia da Unesp*, 19(1), 1-14. Doi: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1843/1471>.
- Mansano, S. R. V., & Carvalho, P. R. (2016). Psicologia, Filosofia e meio ambiente: delineando o conceito de sustentabilidade afetiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(3), 696-714. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/31445>.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes.

- Nunes, B. (2016). *Mulheres refugiadas no Brasil dão depoimentos tocantes sobre suas lutas diárias pela sobrevivência.* Recuperado de <https://www.hypeness.com.br/2016/08/projeto-da-voz-as-mulheres-refugiadas-no-brasil-em-videos-com-depoimentos-emocionantes/>.
- Pinheiro, L. (2019). ‘*Muito comovente*’, diz arquiteto que montou gangorra na fronteira entre México e EUA. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/31/muito-comovente-diz-arquiteto-que-montou-gangorra-na-fronteira-entre-mexico-e-eua.ghtml>.
- Regadas, S. (2011). *Como pensa quem pensa?: um ensaio antropológico sobre o espírito.* Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada.* São Paulo: n-1 Edições.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras.
- Seu portal de notícias online. (2017). *A Nova Lei de Migração: o preconceito contra refugiados e imigrantes no Brasil.* [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=c5L7VOeVE0g>.
- Silveira, L. F. (2018). *Diáspora: histórias de refugiados sírios em Florianópolis.* [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=zORII7zpNsM>.
- TV Folha. (2016). *Anas Hafez: especial traz depoimentos de refugiados que vivem no Brasil.* [YouTube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=pT72x_inUg4.
- TV Folha. (2019). *Congolês conta como foi saga para trazer sua família ao Brasil.* [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=9YX6ADUcTbQ>.
- Vejapontocom. (2019). *Fuga para a liberdade: a saga dos venezuelanos no Brasil.* [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=aMBUtlo9gKA>.

Recebido em: 15/09/2020

Aprovado em: 29/07/2021